

Just Talk: Transcrição do episódio #31 – Fazendo Justiça

Tais: Olá! Começa agora mais um Just Talk. E no mês de fevereiro o Tribunal de Justiça do ES firmou um pacto para dar continuidade às ações do programa Fazendo Justiça. A iniciativa é uma parceria entre o Conselho Nacional de Justiça e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, com apoio do Ministério da Justiça e Segurança Pública, por meio do Departamento Penitenciário Nacional (Depen).

O objetivo é qualificar as etapas do ciclo penal e do ciclo socioeducativo, a partir do diálogo entre diversas instituições.

Eu sou Tais Valle e para explicar esse assunto, convido o Supervisor das Varas Criminais e de Execuções Penais do TJES, desembargador Fernando Zardini.

Tais: Oi Desembargador! Seja bem vindo ao nosso Podcast. O Programa Fazendo Justiça tem 4 eixos principais de atuação. O primeiro é o da Proporcionalidade Penal. Que tipo de ações esse eixo prevê aqui para o estado?

Zardini: Olá Tais. Muito Obrigada pelo convite. São previstas ações de qualificação das audiências de custódia, de construção de uma política pública estadual no campo das alternativas penais e de controle da superpopulação carcerária.

No âmbito da **audiência de custódia**, prevê-se: o fomento aos parâmetros nacionais para fortalecimento desse instituto; o aperfeiçoamento de serviços, fluxos e procedimentos; a melhoria dos espaços arquitetônicos; a implementação de ações de prevenção e combate à tortura e maus-tratos e de ações de proteção social e o fortalecimento do uso de dados e informações padronizadas.

No campo das **Alternativas Penais**, espera-se alcançar o fortalecimento das Varas com competência para acompanhamento das Alternativas Penais; o fornecimento de apoio ao Poder Executivo para início das atividades da Central Integrada de Alternativas Penais (CIAP), considerando convênios do DEPEN e do BID; a articulação para

implantação e qualificação de fluxos de trabalho entre as Varas e as Centrais; a disseminação dos produtos de conhecimento da Política Nacional de Alternativas Penais para qualificação dos serviços locais; a sustentabilidade e fortalecimento da política estadual de Alternativas Penais por meio de Grupo Gestor local e o fortalecimento de redes locais para o cumprimento das Alternativas Penais.

Por fim, quanto ao **Controle da Superpopulação Carcerária**, prevê-se o acesso em tempo real aos dados sobre capacidade e ocupação de vagas no sistema penal por parte dos magistrados e a regulamentação de parâmetros e fluxos para a política de monitoração eletrônica.

Tais: O segundo é o eixo o da Cidadania, que busca garantir a qualidade do sistema prisional e também a efetiva ressocialização dos egressos. Como é que isso já vem sendo trabalhado aqui no estado?

Zardini: Atualmente, o foco das ações do Eixo Cidadania se encontra no fortalecimento e qualificação do Escritório Social. Aqui abro um parêntese para dizer que o ES foi o precursor dessa ferramenta que depois se disseminou para outros estados. E agora no mês de abril completa 05 anos. Então há uma política com vistas à sua reorientação metodológica para atendimento da Resolução 307 do CNJ e da Política Nacional para Pessoas Egressas do Sistema.

Além das ações relativas a pessoas egressas, há previsão de se atuar no Espírito Santo também na promoção do esporte e do lazer em unidades de privação de liberdade, na garantia do direito humano à cultura, ao livro e à leitura, fomentar ações relativas a geração de trabalho e renda para pessoas privadas de liberdade e egressas, incidir para a qualificação das inspeções judiciais e promover o estímulo à participação social na execução da pena, por meio dos Conselhos da Comunidade.

Tais: Já o Terceiro Eixo é o de Sistemas e Identificação Civil. Aqui é que entra o Sistema Eletrônico de Execução Unificado, o SEEU, já

implantado pelo TJES. Dá para fazer um panorama dessa informatização?

Zardini: O SEEU está em implantação em 76 unidades judiciárias presentes em 67 Comarcas do Estado. Hoje tramitam dentro desse sistema cerca de 54 mil execuções penais no SEEU referente a condenações de pessoas que cumprem pena no Espírito Santo. A maior vantagem do sistema é o total controle, em tempo real, dos benefícios executórios e a celeridade de tramitação que ele proporciona, o que beneficia a todos apenados.

Tais: O quarto Eixo é o Socioeducativo, prevê, entre outras ações, o fortalecimento do Núcleo de Atendimento Integrado, a institucionalização das Audiências Concentradas, a implementação de Programa de Acompanhamento a Adolescentes pós-cumprimento de medida socioeducativa, assim como Programas de Profissionalização e aprendizagem. Além desses 4 eixos existe um ainda eixo específico, com ações transversais e de gestão. Pode explicar pra gente?

Zardini: As ações transversais consistem na articulação internacional para a proteção de direitos humanos das pessoas privadas de liberdade, atenção às vítimas, mutirões eletrônicos, diálogo entre polícias e judiciário, populações em situação de vulnerabilidade, fortalecimento dos Grupos de Monitoramento e Fiscalizações, Serviços psicossociais do Judiciário e questões atinentes a Covid-19.

Tais: O Fazendo Justiça traça essas ações específicas levando em consideração a realidade e as particularidades de cada estado. O senhor acredita que esse é um bom caminho para humanizar a execução penal e socioeducação no país?

Zardini: É mais um passo importante que se dá no sentido de humanizar o sistema prisional, de fazer com que a sociedade como um todo tenha olhar diferenciado para esse sistema, que até hoje é visto com muito preconceito, muita resistência. E esses programas fazem

com que passemos a dar atenção não apenas à porta de entrada, fazendo um exame mais aprofundado da necessidade a prisão, mas também da porta de saída.

O egresso vai ter uma expectativa de, durante o cumprimento da pena, passar por um programa ressocializador, mas também ao sair, terá o estado no seu acompanhamento da sua reinserção na sociedade. Seja através de programa de assistência social, psicológico, apoio às famílias até no reingresso no mercado de trabalho, que é tão importante para o resgate da cidadania.

Tais: Então quer dizer, o Estado e o Judiciário procurando fazer sua parte. O senhor acha que falta a sociedade participar um pouco mais desse processo de ressocialização?

Zardini: Exatamente. Quando falo em sociedade, falo de todos os setores. Não apenas os órgãos de estado, mas a sociedade civil. Temos a família que é a base de tudo. As igrejas, e aqui não estou fazendo alusão a qualquer seguimento religioso, mas a todos os segmentos. O resgate de valores, de prioridade na educação, de ocupação de espaços sociais.

Enfim, um conjunto de medidas que permitam não apenas essa reinserção daquele que está no sistema, mas também a questões relacionadas a essas atenções que devem ser dadas àqueles que estão numa fase de desenvolvimento como um todo.

Tais: Muito obrigada pela participação Desembargador. E você que tá em casa, no carro, ou no celular ouvindo a gente. Se quiser pode mandar sugestões de temas pelas redes sociais. É só seguir @tjesoficial.